TÍTULO III DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

CAPÍTULO I

Da Diretoria Metropolitana

Art. 6º À Diretoria Metropolitana da Defensoria Pública, diretamente subordinada ao Defensor

Público-Geral, compete coordenar, controlar, executar, orientar e acompanhar todas as

atividades de assistência jurídica aos necessitados, no âmbito dos núcleos metropolitanos e defensorias a eles vinculadas.

Art. 7º Por delegação de competência do Defensor Público-Geral, compete à Diretoria Metropolitana:

I – designar membros para atuar em regime de acumulação em Defensorias distintas;

II – designar membros para atuar em regime de substituição em virtude de férias individuais ou licença prêmio do titular e demais afastamentos legais;

III – autorizar o afastamento dos membros para participação em cursos, congressos, seminários e congêneres por período não excedente a 05 (cinco) dias úteis, observadas as regras previstas no respectivo ato normativo;

IV – exercer outras funções e atribuições de Órgão da Administração Superior conferidas ao Defensor Público-Geral, mediante delegação específica.

CAPÍTULO II

Da Diretoria do Interior

Art. 8º À Diretoria do Interior da Defensoria Pública, diretamente subordinada ao Defensor

Público-Geral, compete coordenar, controlar, executar, orientar e acompanhar todas as

atividades de assistência jurídica aos necessitados, no âmbito dos núcleos regionais e defensorias a eles vinculadas.

Art. 9º Por delegação de competência do Defensor Público-Geral, compete ao Diretor do Interior:

I – designar membros para atuar em regime de acumulação em Defensorias distintas;

II – designar membros para atuar em regime de substituição em virtude de férias individuais ou licença prêmio do titular e demais afastamentos legais;

III – autorizar o afastamento dos membros para participação em cursos, congressos, seminários e congêneres por período não excedente a 05 (cinco) dias úteis, observadas as regras previstas no respectivo ato normativo;

IV – exercer outras funções e atribuições de Órgão da Administração Superior conferidas ao Defensor Público-Geral, mediante delegação específica.

CAPÍTULO III

Da Escola Superior

Art. 10. À Escola Superior da Defensoria Pública, diretamente subordinada ao Defensor Público-Geral, compete desenvolver atividades que visem a formação e capacitação de recursos humanos do corpo funcional da Defensoria Pública do Estado do Pará e demais interessados na área jurídica, buscando a elevação dos padrões técnicos e científicos dos serviços prestados pela instituição e a difusão do conhecimento.

Art. 11. Por delegação de competência do Defensor Público-Geral, compete ao Diretor da Escola Superior:

I – abrir, organizar, dar publicidade e praticar todos os atos necessários à realização de processo seletivo para a contratação de estagiários de ensino médio regular, de educação profissional, de nível superior e de pós-graduação;

II – assinar os termos de compromissos de estágio, com ou sem vínculo;

III – designar comissão especial para seleção e julgamento dos candidatos inscritos na premiação “Servidor Sangue Verde”;

IV – expedir os atos necessários à realização do certame mencionado no inciso anterior, inclusive a elaboração do edital com a temática da premiação e do material de divulgação, cabendo ainda fazer ampla divulgação das Boas Práticas no Serviço Público;

V – exercer outras funções e atribuições de Órgão da Administração Superior conferidas ao Defensor Público-Geral, mediante delegação específica.

CAPÍTULO IV

Da Diretoria Administrativa e Financeira

Art. 12. À Diretoria de Administração e Finanças, diretamente subordinada ao Defensor Público-Geral, compete coordenar, controlar, executar, orientar e acompanhar todas as atividades de pessoal, material, patrimônio, serviços, finanças e apoio técnico da Defensoria.

Art. 13. Por delegação de competência do Defensor Público-Geral, compete ao Diretor de Administração e Finanças:

I – ordenar despesas relacionadas a contratos de natureza continuada, cujo valor não exceda 50 (cinquenta) mil reais;

II – designar os fiscais de contrato e seus suplentes;

III – intimar as empresas contratadas pela Defensoria Pública acerca das decisões proferidas no âmbito de processos licitatórios;

IV – autorizar a transferência de bens móveis, de uma unidade para outra, no âmbito da instituição;

V – autorizar o recebimento de doações de bens móveis, sem encargo;

VI – autorizar despesas extras provenientes com combustível e veículos, desde que os serviços já estejam contemplados em contrato administrativo;

VII – exercer outras funções e atribuições de Órgão da Administração Superior conferidas ao Defensor Público-Geral, mediante delegação específica.

TÍTULO IV

Disposições finais

Art. 14. Os atos de delegação previstos nesta PORTARIA são revogáveis a qualquer tempo pelo Defensor Público-Geral, o qual poderá ainda avocar diretamente a atribuição em caráter excepcional e por motivos evidentemente justificados.

Art. 15. As decisões adotadas por delegação devem mencionar explicitamente esta qualidade e considerar-se-ão editadas pelo agente delegado.

Art. 16. A Gerência de Gestão de Pessoas (GGP) deverá observar os exatos termos das delegações aqui previstas, quando das confecções das respectivas PORTARIAS, atos e/ou manifestações a serem apresentados para assinatura de cada diretoria, na sua respectiva área de atuação.

Art. 17. O Protocolo Geral da Defensoria Pública do Estado do Pará fica autorizado a tramitar diretamente à cada setor os expedientes eventualmente apresentados que versem sobre matérias inseridas nas respectivas atribuições.

Art. 18. Esta PORTARIA entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 19. Revoga-se a PORTARIA nº 156/2020/GAB/DPG, de 02 de julho de 2020, publicado no DOE nº 34.201, de 15 de julho de 2020.

JOÃO PAULO CARNEIRO GONÇALVES LÉDO

Defensor Público-Geral do Estado do Pará

Protocolo: 864356

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 10/2022 – DPPA

PROCESSO Nº 2022/884545 DPE

PARTES: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ e a FACULDADE DE ESTUDOS AVANÇADOS DO PARÁ – FEAPA, mantida pela CEAPA – CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS DO PARÁ S/S LIMITADA, C.N.P.J. N.º 03.970.826/0001-71.

OBJETO: O presente instrumento visa favorecer o atendimento de assistidos no Núcleo de Prática Jurídica da FEAPA, com a colaboração da Defensoria Pública por intermédio dos serviços desenvolvidos de assistência jurídica, bem como a mútua cooperação técnico-profissional entre a DEFENSORIA e a FEAPA, objetivando a prestação de assistência jurídica integral e interdisciplinar, por meio do Núcleo de Prática Acadêmica da FEAPA, que subsidiarão tecnicamente as demandas da Defensoria Pública, contribuindo para a garantia de direitos dos usuários dos serviços desta, nos termos da lei, proporcionando aos estudantes de graduação o ensino/aprendizagem de prática conforme previsão no Projeto Pedagógico do Curso.

VIGÊNCIA: O presente Convênio tem vigência por 05 (cinco) anos, contados a partir da data de sua assinatura.

VALOR: Não haverá transferência de recursos entre os convenientes.

FORO: Justiça Estadual, Comarca de Belém – PA.

DATA DA ASSINATURA: 03.10.2022.

ORDENADOR RESPONSÁVEL: JOÃO PAULO CARNEIRO GONÇALVES LEDO – Defensor Público Geral do Estado do Pará

ENDEREÇO COMPLETO DAS PARTES: Defensoria Pública do Estado do Pará (Trav. Padre Prudêncio nº 154, Comércio, Belém/PA, CEP: 66019-080) e FACULDADE DE ESTUDOS AVANÇADOS DO PARÁ – FEAPA, mantida pela CEAPA – CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS DO PARÁ S/S LIMITADA (Av. Augusto Montenegro, km 04, n.º 4120, Parque Verde, CEP 66.635-110, Belém-PA).

Protocolo: 864173

JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 081/2022/TJPA // Partes: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ e a empresa MAUÉS ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 36.521.965/0001-7, com endereço na Rua Avertano Rocha, nº 192, bairro Campina, cidade de Belém, Estado do Pará, Cep: 66023-120, Telefones: (91) 98417-2499 / 98258-3484, e-mail: contato@mauesengenharia.com // Objeto do Contrato: Contratação de empresa especializada para REFORMA PARCIAL E CONSTRUÇÃO DE TORRE PARA RESERVATÓRIO ELEVADO NO FÓRUM DA COMARCA DE CAMETÁ, de acordo com as especificações e obrigações descritas na Tomada de Preços nº. 006/TJPA/2022, e no projeto básico, documentos que originaram este instrumento contratual. // Origem: Tomada de Preços nº. 006/TJPA/2022 // Valor do Contrato: R\$ 447.888,13 (Quatrocentos e quarenta e sete mil, oitocentos e oitenta e oito reais e treze centavos) // Dotação Orçamen-